



MÓDULO VIII

A EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Apresentação

O comércio era uma forma importante das sociedades se relacionarem, trocando não só mercadorias, mas também ideias e comportamentos. Ou seja, o comércio é uma das atividades mais presentes na história de várias regiões da África e, por meio dele, as sociedades mantinham contato umas com as outras. Os produtos eram negociados por

pessoas vindas de longe, com costumes e crenças diferentes, que algumas vezes eram incorporadas às tradições locais. A vitalidade do comércio dentro do continente africano – de curta, média e longa distância – põe por terra a ideia de sociedades isoladas, vivendo apenas voltadas para si mesmas.



4 | Saberes, fazer e encantamentos que permeiam a cultura afro-brasileira



Ao pensarmos sobre a educação e a história da cultura negra em sala de aula, poucos são os documentos ou trabalhos acadêmicos que resgatam a contribuição dos negros no processo educacional brasileiro. Oliveira et al(2013,p.20858)ao apontar os estudos de Ortiz (2003)citam que:

[...]os escritos de Nina Rodrigues, refletem a ideologia da supremacia racial do mundo branco. Segundo ela, a absorção incompleta de elementos católicos pelos cultos afro-

brasileiros demonstra uma incapacidade de assimilação da população negra dos elementos vitais da civilização européia. Essa ideologia foi tão forte que mesmo a intelectualidade mais progressista custou a reconhecer a questão africana na história brasileira. Os estudos recentes, pesquisadores e estudiosos tem sugerido mudanças e estudos, propondo uma nova história da educação no Brasil, que deve ser uma história em que se possa ver a narrativa de acontecimentos por vários observadores, sendo conhecido o lugar que cada um ocupa como historiador e como participantes do contexto estudado (CRUZ, 2005).

Oliveira et al(2013,p.20858)também sinalizam que:

[...] a Reforma de Couto Ferraz a partir do Brasil Império, pelo Decreto nº 1.331 de fevereiro de 1854, que não permitia aos escravos o acesso às escolas públicas. [...] Dentro da mesma linha, o Decreto nº 7.031 de setembro de 1878, os negros poderiam freqüentar o período noturno, no entanto, os negros dependiam da boavontade de seus senhores, e das condições físicas, depois de um dia ou até mesmo noites de árduo trabalho, o que também continuava a dificultar seu acesso às escolas.[...]mas pesquisas recentes apresentam que com todos os obstáculos e diante do contexto político e social no Brasil, registram algumas instituições e algumas lideranças negras que estabeleceram um sistema educacional





para crianças pretas e pardas, citamos o educandário que funcionou na Rua da Alfândega, de 1853 a 1873, no Rio de Janeiro.

Dentre essas há o registro de uma escola de Pretextato dos Passos e Silva que “teve cerca de 20 alunos de famílias de origem humilde: a maioria dos pais não tinha sobrenome ou assinatura própria. O nome dos alunos, até hoje, é um mistério, bem como o paradeiro deles.” (OLIVEIRA et al, 2013, p.20861)

Pretextado, segundo a historiadora Adriana Maria Paulo da Silva declarava

ser negro e solicitou ao inspetor-geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, Eusébio de Queirós, concessões para o funcionamento da escola e no processo argumentou que havia muito racismo nas escolas da corte, que os pretos e pardos eram emocionalmente coagidos e impedidos de frequentar as aulas. (OLIVEIRA et al, 2013)

Há também o registro de outra escola que recebeu o nome de Perseverança fundada em Campinas por Antônio Cesarino, funcionou de 1860 a 1876. Tinha alunos negros escravos e libertos, mas



6 | Saberes, fazer e encantamentos que permeiam a cultura afro-brasileira



diferente de Pretextato havia alunas brancas no período da tarde e pagavam uma mensalidade ao conceituado professor Cesarino. “Com o valor arrecadado dessas alunas, ele manteve a instituição e conseguiu ainda dar aulas para mulheres escravas e negras no período da noite. A escola ficava na Rua do Alecrim (atual Rua 14 de Dezembro). (OLIVEIRA et al, 2013, p. 20862)

O colégio era dirigido por Cesarino e suas irmãs para lecionar. Reconhecida no Império pelo seu nível, se destacou entre as escolas particulares que mais tiveram expressão na época, algumas alunas pertenciam às melhores famílias da cidade e pagavam mensalidades altas, mas havia alunas negras sem recursos. Segundo (OLIVEIRA et al, 2013, p.), “as irmãs de Cesarino falavam muito bem francês

e entendiam de etiqueta. “Foi com o valor cobrado das mensalidades que Cesarino usou o colégio para angariar fundos para comprar também a liberdade de negras ligadas a ele”.

A instituição foi visitada pelo Imperador D. Pedro II, quando foi a Campinas para inaugurar os serviços de iluminação a gás. Além da aprendizagem intelectual envolvendo ler, escrever, contar, gramática nacional e francesa, geografia, música também aprendiam conhecimentos manuais, como costurar, bordar e cozinhar.

Segundo (OLIVEIRA et al, 2013, p. 20863), Antônio Cesarino era filho de um negro alforriado, de nome Custódio, que:

[...] entrou em Campinas com uma tropa de



mulas durante o período escravista, em 1838, e resolveu vender a tropa para que seu filho de 14 anos pudesse estudar. O filho era Antônio Cesarino – que já sabia ler e escrever. Ele leva certa vantagem na cidade que tinha 6,6 mil habitantes e apenas 205 alfabetizados. A duras penas Cesarino conseguiu freqüentara escola dos brancos e se formar. Há ainda relatos em Campinas de um barão do café que era analfabeto e fundou uma escola para escolarizar quem quer que fosse gratuitamente. Foi ali que algumas crianças negras também conseguiram ter acesso à educação.

Essas e outras instituições como a Escola de São Benedito, que contrariavam interesses políticos poderosos constituídos pela

lógica hegemônica dos brancos e permeada de preconceitos, abriram espaços para que negros e mestiços desenvolvessem suas potencialidades.

Acesse o artigo na íntegra:

OLIVEIRA, Camila Rezende et al. A história da educação de negros no Brasil e o pensamento educacional de professores negros no século XIX. In: XI Congresso Nacional de Educação, EDUCERE, 2013. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Disponível em:

<https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/6853_4712.pdf>

Acesso em: 12 de abr. 2020.



